

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 958 DE 2020.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 958 DE 2020

*Estabelece normas para a facilitação do
acesso ao crédito e mitigação dos
impactos econômicos decorrentes da
pandemia de coronavírus (covid-19).*



CD/20084.94607-00

EMENDA N.º

“Art. 4º Ficam revogados:

.....
.....

III - o art. 23 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990.”

JUSTIFICAÇÃO

O Novo Código Florestal, instituído pela Lei nº 12.651, de 2012, estabeleceu através do seu artigo 12-A que a concessão de crédito rural para o financiamento de atividades agropecuárias ficará condicionado à apresentação de recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Contudo, a subserviência às normas federais pelos bancos públicos, principalmente, tem causado conflitos de aplicação da norma em diversas Unidades Federativas. Instituições financeiras de muitos estados têm condicionado o crédito rural à comprovação de licenciamento da atividade pelo tomador, interpretação dada pelo artigo 23 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. P

Para superar tal divergência faz-se necessária a revogação do dispositivo, conforme apresentado através desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2020

Deputado JOSÉ MÁRIO SCHEIRER
DEM/GO



CD/20084.94607-00